



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2015

-----Aos onze dias do mês de setembro de 2015, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Cármen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. **Apreciação da Atividade Municipal;**-----
- 2. **Regulamento Municipal do Uso do Fogo;**-----
- 3. **Procedimento Concursal para Provimento de Cargo Dirigente – Diretor de Departamento de Administração e Finanças – Dr. Aníbal Sardinha – Designação do Júri;**-----
- 4. **Tramitação de Procedimentos Concurrais – Renovação do Prazo.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----
-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Cármen Dolores Mártires Marcelino, Tiago José dos Santos Silva Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria José da Cruz Vieira Borges; -----
-----Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Manuel Barros Cardoso, Isabel Alexandra Ribeiro Leão Faias e Ana Paula Almeida Pinto Filipe; -----
-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva;-
-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra;-----
-----Verificou-se ainda a presença do substituto do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Fernando José Mestre Patrício; do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus e da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida de Almeida Cruz Narciso. -----

-----Faltou a Deputada Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues, do Grupo Municipal do PSD, que justificou a sua ausência por motivo de doença.-----

-----Comprovada a existência de quórum, vinte e três presenças e uma ausência, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas. -----

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Verificou-se também a presença da Vice-Presidente Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra não esteve presente por se encontrar de férias---

-----**A Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento que a Deputada Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos, do Grupo Municipal do PS, havia solicitado a sua substituição na presente reunião, por motivos de ordem pessoal, sendo substituída pela Deputada Isabel Alexandra Ribeiro Leão Faia.-----

-----Também o Deputado Pedro Miguel dos Santos Mesquita, havia solicitado a sua substituição na presente reunião, por motivos de ordem profissional, sendo substituído pela Deputada Ana Paula Almeida Pinto Filipe a qual, por se tratar da primeira vez que estava presente nesta Assembleia, foi verificada a legitimidade e a respetiva identidade como eleita, tendo a Presidente da Assembleia Municipal declarado investida nas suas funções de Deputada da Assembleia Municipal, desejando felicidades no desempenho do cargo. -----

-----Cumprimentou de seguida, em seu nome pessoal e no da Mesa da MAS, todos os presentes.-----

-----Prosseguindo os trabalhos informou que a sessão era composta por três períodos: -----

-----Período de antes da ordem do dia; Período de intervenção aberta aos cidadãos e Período da ordem de trabalhos.-----

-----Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia a Presidente da AMS submeteu à votação as atas da AMS realizadas nos dias 11 de julho de 2014, 25 de setembro de 2014 e de 6 de outubro de 2014, que haviam sido enviadas, para apreciação, aos Líderes dos Grupos Municipais. -----

-----Não havendo qualquer oposição, as atas foram consideradas aprovadas por unanimidade.-----

-----**A Presidente da AMS** deu conhecimento da Auditoria Interna realizada no dia 8 de Setembro, referindo que decorrera de forma satisfatória, não tendo ainda em seu poder o relatório elaborado pelos auditores -----

-----Informou ainda que se realizaria uma Auditoria Externa no dia 17 de Setembro no sentido de completar este ciclo. -----

-----Completo a sua informação dizendo que a colega Elsa Polido deixara a Unidade de Apoio à AM, depois de 8 anos em que dera o seu contributo em parceria com as colegas, passando a exercer funções na Divisão da Educação e Desporto e como sua substituta a UAAM recebera a funcionária Anabela Sebastião. -----

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Foi feito um agradecimento à funcionária Elsa Polido por todo o seu desempenho passando de seguida a cumprimentar a funcionária Anabela Sebastião com votos de um bom trabalho.-----

-----Prosseguindo os trabalhos, a **Presidente da AMS** lembrou que tinham dado entrada 7 documentos para votação no PAOD:-----

-----Documento n.º 1 - **Voto de Pesar em memória de Fernando David Costa Gato:**-----

-----Documento n.º 2 – **Voto de Pesar em memória da Senhora Professora Maria Barroso:**-----

-----Documento n.º 3 – **Voto de Pesar em memória do Dr. Manuel Henrique Vieira de Sousa Torres:**

-----Documento n.º 4 - **Voto de Pesar em memória do Militar da GNR Nuno Anes, do Agente José Pereira, e do Estudante Universitário Diogo Pereira:**-----

-----Documento n.º 5 - **Saudação ao Dr. Jorge Sampaio pela Atribuição do Prémio Nelson Mandela:-**

-----Documento n.º 6 - **Saudação à Delegação da Cercizimbra aos Jogos Mundiais Special Olympics:-**

-----Documento n.º 7 - **Moção subordinada ao título “Solidariedade para com os Refugiados”:**-----

-----A **Presidente da AMS** informou ainda que de acordo com a decisão da Comissão de Líderes, os documentos não iriam ser lidos e passar-se-ia de imediato à votação.-----

-----Nesta conformidade iniciou por colocar à votação o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Gato, cujo conteúdo a seguir se transcreve:-----

-----“A Assembleia Municipal de Sesimbra apresenta à Família, Associação dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra e Amigos do Sr. Fernando David Costa Gato, um Voto de Profundo Pesar pelo falecimento de um Homem perseverante e de carácter, cuja vida foi marcada pela dedicação e empenho na causa dos Bombeiros por quem sempre lutou por mais e melhores condições na procura de um melhor serviço a bem da Humanidade.-----

-----Dar conhecimento deste Voto de Pesar:-----

-----Família; Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra e Órgãos de Comunicação Social Locais.”-----

-----**Este voto foi aprovado por unanimidade.**-----

-----Colocou de seguida à votação, o Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Professora Maria Barroso, que se passa a transcrever:-----

-----“A Assembleia Municipal de Sesimbra apresenta à Família da Exma. Sra. Professora Maria Barroso, nesta hora de luto e dor, um voto de profundo pesar pelo falecimento de uma Mulher marcante na sociedade portuguesa, enquanto lutadora contra a ditadura e a opressão, e depois do 25 de Abril de 1974, como defensora dos ideais de liberdade e justiça social.-----

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Dar conhecimento deste Voto de Pesar:*-----

-----*À Família; Partido Socialista e Órgãos de Comunicação Social Locais e Regionais.*-----

-----**Este voto foi aprovado por unanimidade.**-----

-----De seguida submeteu à votação o seguinte voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Manuel Torres:

-----*“Faleceu no dia 21 de agosto de 2015, o dedicado Amigo e Ex-autarca, Manuel Henrique Vieira de Sousa Torres, vítima de doença prolongada.*-----

-----*Participou empenhadamente, enquanto deputado municipal desta Assembleia Municipal em representação do PS, nos mandatos de 1980-1982, 1986-1989 e 1990-1993, em espírito de cooperação pela defesa de valores da democracia, colocando sempre como objetivos primordiais, nos debates e apreciações, os interesses das populações locais e o desenvolvimento do município de Sesimbra.*-----

-----*Um homem de grande rigor, de grande exigência, mas com grande capacidade de diálogo com todos, na intervenção política e pública local.*-----

-----*E um grande, e de há longa data, amigo de Sesimbra, a quem o Município e a população algo devem, merecendo assim esta singela mas sentida homenagem.*-----

-----*Fica entre nós a memória de um Homem que defendia os princípios básicos duma sã vivência democrática.*-----

-----*A Assembleia Municipal de Sesimbra, interpretando o sentimento dos munícipes que representa, expressa à família e amigos, as mais sinceras condolências.*-----

-----**Este voto foi aprovado por unanimidade.**-----

-----O **Deputado Manuel José Pereira**, solicitando o uso da palavra, saudou os presentes e transmitiu, a pedido da esposa e filhos do Dr. Manuel Torres, os agradecimentos pela homenagem prestada ao mesmo.-----

-----Em seguida foi submetido a votação o Voto de Pesar pelo Triplo Homicídio na Quinta do Conde, que a seguir se transcreve:-----

-----*“Morreram no passado dia 29 de Agosto, Sábado, Nuno Anes, Militar da GNR, José Pereira, Agente da PSP, e o seu filho Diogo Pereira, Estudante Universitário. Todas vítimas de um brutal homicídio que chocou a pacata Vila da Quinta do Conde.*-----

-----*Esperamos que estas mortes não tenham sido em vão e que as mesmas sirvam de alerta e consciencialização de que o bem mais precioso que temos é a Vida. Que este não seja perdido em prol de disputas sejam elas de vizinhança ou familiares, perpetradas pelo ser humano, normalmente por inveja, vingança ou pura mesquinhez.*-----

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Como já referido, esta é uma Vila pacata em que há uma grande proximidade e quase todos se conhecem, a harmonia, a paz e o bem-estar devem estar presentes entre todos.* -----

-----*Naturalmente sempre haverá querelas mas as mesmas podem ser resolvidas, e os seus danos mitigados, com o diálogo e não com a violência.* -----

-----*Assim, os Membros Eleitos na Assembleia Municipal de Sesimbra lamentam a morte e a forma trágica como estas aconteceram.* -----

-----*Dar conhecimento deste Voto de Pesar:* -----

-----*Às Famílias dos falecidos, Comando da GNR do Distrito de Setúbal, Comandante do Posto da GNR da Quinta do Conde, Comando da PSP do Distrito de Setúbal, Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho.*-----

-----**Este voto foi aprovado por unanimidade.**-----

-----**Por último e ainda sob proposta da Comissão de Líderes, foi aprovado, por unanimidade o Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. João Passarinho, representante da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares no Conselho Municipal de Educação.** -----

-----**Foi ainda guardado um minuto de silêncio em memória dos referenciados anteriormente.**-----

-----Seguidamente foi submetido à votação a Saudação pela atribuição do Prémio Nelson Mandela ao Dr. Jorge Sampaio, que a seguir se transcreve:-----

-----*"No passado dia 24 de julho na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, por ocasião das comemorações anuais do Dia Internacional Nelson Mandela, Jorge Sampaio, foi galardoado e distinguido pela sua "contribuição excepcional", em prol da humanidade, "pautando-se pelos objectivos e princípios subjacentes às Nações Unidas, na esteira de Nelson Mandela, nomeadamente do seu legado em matéria de reconciliação, transição política e transformação social", como se pode ler no texto do prémio atribuído.*-----

-----*Afirma, ainda, a imprensa escrita nacional, que na atribuição do galardão a Jorge Sampaio, contribuiu a sua ação como presidente da Aliança das Civilizações, entre 2007 e 2013, e enviado especial do secretário-geral da ONU na Luta contra a Tuberculose entre 2006 e 2012, mas também o seu prestígio internacional, meritório na sua ação a favor de Timor Leste e da transição pacífica em Macau, quando era Presidente da República.*-----

-----*Criado em 2014 pela Assembleia Geral da ONU, é a primeira vez que o prémio é atribuído e nós, eleitos desta Assembleia Municipal, não podemos, por isso, deixar de destacar o quanto a escolha honra todos os Portugueses.*-----

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Assim, é com enorme satisfação e honra que os membros das várias forças políticas e cívicas representadas na Assembleia Municipal de Sesimbra aprovam saudar de forma calorosa o prestigiado galardoado Dr. Jorge Sampaio.-----

-----Dar conhecimento a:-----

-----Dr. Jorge Sampaio; Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia do Município.”-----

-----**Esta Saudação foi aprovada por unanimidade.**-----

-----Seguidamente, a **Presidente da AMS** colocou ainda a seguinte Saudação à Delegação da Cercizimbra aos Jogos Mundiais Special Olympics:-----

-----“Conforme se lê no site da Instituição:-----

-----“A Cercizimbra participou na delegação portuguesa que representou o país nos Jogos Mundiais Special Olympics, que decorreram de 25 de julho a 2 agosto em Los Angeles, nos EUA.-----

-----Parabéns à Maria João, ao António e ao Nuno pela brilhante representação da Cercizimbra na Delegação Portuguesa nos Jogos Mundiais de Verão, o Special Olympics 2015 em Los Angeles! --- António Gonçalves ganhou a primeira medalha de ouro da natação. O nadador da Cercizimbra, nadou os 50 Bruços em 48’19”. Estamos orgulhosos do nosso atleta!”-----

-----Acresce dizer que a Professora Maria João Figueira, Técnica de Desporto, chefiou a delegação de Sesimbra, o António Gonçalves ganhou ainda a medalha de bronze nos 50m Mariposa, e a equipa de Basquetebol que o Nuno Marquês integrou, ficou num honroso 4º lugar.-----

-----Também a AM de Sesimbra, reunida em 11 de setembro de 2015, quer saudar a Cercizimbra e os seus atletas pelos excelentes desempenhos e, acima de tudo, pela sua participação em representação de Portugal e que tão bem dignificaram o Concelho de Sesimbra.-----

-----Dar conhecimento a:-----

-----Cercizimbra; Comité Olímpico de Portugal, Federação Portuguesa de Desporto Adaptado, Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas e Assembleias de Freguesia do Município, Órgãos de Comunicação Social locais e regionais.”-----

----- Foi de seguida cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que perguntou à Câmara Municipal de Sesimbra se na sequência destas medalhas não haveria a atribuição correspondente das condecorações Municipais à Delegação da Cercizimbra.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**A Vice-Presidente da CMS** iniciou por cumprimentar os presentes e salientou que a Câmara ainda não deliberara sobre este assunto mas, à semelhança de outros destaques, seria atribuído um Galardão e a Medalha Municipal à Cercizimbra, em tempo oportuno.-----

----- **Submetida à votação, a Saudação foi aprovada por unanimidade.** -----

-----Por último, foi colocada a votação a seguinte Moção com o título Solidariedade para com os refugiados:-----

-----*“A atual crise dos refugiados é um drama sem precedentes na história europeia pós-Segunda Guerra Mundial. Fugindo da guerra, da violência, da fome, da pobreza, centenas de milhar de pessoas procuram nos países da União Europeia apenas uma vida minimamente digna, o mais elementar dos direitos humanos. Muitos entre estes morrem na tentativa.*-----

-----*A Europa não pode permanecer indiferente. Não pode fechar portas ou virar costas a esta tragédia. Esperar que uma política securitária resolva o assunto não é realista nem eticamente aceitável.*

-----*Os países europeus estão a definir posições e estratégias de acolhimento diferenciado marcadas por uma total abertura e uma clara envolvência das comunidades locais, mas outros porem, encerram fronteiras e rejeitam a sua entrada e permanência.* -----

-----*O governo português também não pode ficar indiferente, quer pelo seu enquadramento no espaço europeu, quer pelo compromisso de cooperação e sentido de solidariedade para com os refugiados que caminham de país para país em busca de um espaço de paz.*-----

-----*Estamos perante um problema de grande dimensão humana que não pode apenas envolver as Organizações não-governamentais, as associações, igreja ou autarquias locais, mas sim e uma estratégia de âmbito nacional que seja capaz de perspetivar, de forma progressiva, a plena integração das famílias que venham a ser acolhidas no nosso país.*-----

-----*É fundamental que sejamos capazes de criar condições dignas de vida, usufruindo de direitos indispensáveis a uma vida sã e humana.*-----

-----*Acreditamos no espírito de solidariedade que tem caracterizado o nosso país, em momentos críticos já vividos por muitas famílias que optaram por viver em Portugal, mas perante tamanha fuga à guerra, fome e abandono, é indispensável um sinal do governo para que as comunidades também se sintam disponíveis a cooperar.”*-----

-----**A Presidente da AMS** tomou a palavra e, falando da actual questão da Solidariedade para com os Refugiados, referiu que iria dar a palavra a quem quisesse ter uma intervenção sobre o assunto, visto tratar-se de uma situação que os envolvia a todos, salientando que não fora intenção retirar os

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

pensamentos ideológicos ou históricos ou as leituras que se pretendiam fazer sobre este acontecimento.

----- Sublinhou que neste momento ainda não havia uma posição do Grupo Político do PSD, que certamente se iria manifestar. -----

----- **O Deputado Manuel José Pereira** quis dar a conhecer que não seria possível esta Assembleia estar reunida e, em relação a esta matéria, não expressar a sua Solidariedade, pois era um assunto que os iria preocupar no futuro, já que o drama dos milhares de pessoas, para além de ter de ser ajudado pelo País, teria de ser, eventualmente, também ajudado pelo nosso Município. Salientou ainda que era uma matéria que tinha de ser discutida no futuro com muita calma, ponderação e realismo face à possibilidade de terem de acolher algumas dessas pessoas. -----

----- **O Deputado Rui João Rodrigues** tomou a palavra cumprimentando todos os presentes na sala, passando seguidamente a realçar que em relação à Moção, todos deviam estar solidários com a terrível situação dos Refugiados que procuraram um abrigo na Europa. Referiu que existiam responsabilidades pelo que estava a acontecer: tanto históricas como mais atuais, criadas pelos países ocidentais, incluindo Portugal. Referiu ainda que para que fosse possível alterar esta situação, a atitude dos países Europeus, nomeadamente os países da NATO teria de ser alterada. Salientou que o nosso país devia acolher os refugiados tal como o fizera na Segunda Guerra Mundial quando acolhera milhares de refugiados vindos da Alemanha Nazi. -----

----- Foi depois cedido o uso da palavra ao **Deputado Alain Monteiro**, que cumprimentou todos os presentes e seguidamente salientou o esforço colectivo de todas as bancadas e Líderes para encontrar uma Moção que marcasse uma posição colectiva de toda a AM. Quanto á questão dos Refugiados e movimentos migratórios traduziam-se numa fuga à pobreza, à guerra e à morte e não à procura duma vida melhor, o que elevava a responsabilidade no sentido de os acolher, colocando uma grande responsabilidade por parte do Governo Português que infelizmente ainda não tinha uma estratégia definida de forma clara. A nível da Europa não tinha ainda havido essa estratégia, dando a impressão de se estar a “empurrar” os refugiados. Estes movimentos migratórios tinham causas mas seria interessante a Europa poder agir sobre essas causas e demonstrar esse interesse, coisa que ainda não fizera. -----

----- Usou depois da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro** que começou por cumprimentar todos os presentes, passando a referir que em relação a esta Moção, se congratulava pelo que se conseguira fazer em termos de Comissão de Líderes porque era essencial que esta Assembleia tivesse uma moção desta natureza. -----

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu que toda esta situação tinha responsáveis e melhor do que encontrá-los, era a união dos povos em torno de uma solução que fosse consensual, o que não estava a ser fácil a nível da Europa, mas acreditava ser possível que tal acontecesse a curto/médio prazo. Não só se devia ajudar este povo, mas também tinha de se combater o problema na sua origem, o que devia ser feito de uma forma muito bem pensada. Não devia ser com intervenções militares mas sim livrar estes países dos Regimes Ditatoriais para que estas pessoas quisessem continuar a viver nos seus países em paz e com condições de vida aceitáveis.-----

----- Em relação a Portugal, o **Deputado Miguel Ribeiro** disse que considerava que o nosso país devia solidarizar-se com esta situação, passando por receber uma parte destes refugiados, garantir que não tivessem uma vida miserável e que tivessem condições de trabalho, saúde, existência e se integrassem na nossa cultura.-----

----- Em seguida, teve o uso da palavra o **Deputado José Guerra** que começou por cumprimentar os presentes e que não indo referir-se às questões históricas que levaram a esta situação, nem dos estudos sobre o tipo de refugiados, bem como o facto de serem pessoas de classe média com formação acima da média e também da sua religião, mencionou um texto que falava sobre o medo, sobretudo do preconceito, que transformava este mesmo medo em ódio.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que começou por cumprimentar os presentes na sala. Referiu que fora esclarecedor que perante a Moção apresentada sob a capa de uma solidariedade com os refugiados, não se passasse mais do que os “campeões” da demagogia “baterem” no governo Português. O Governo já mostrara abertura para receber os refugiados. Existiam pessoas que gostavam que as coisas fossem mais céleres, mas esta situação requeria muito cuidado, pois tratava-se de seres humanos. O percurso que o Governo vinha fazendo era sempre em paralelo com outros países da UE que também iam acolher refugiados. A AMS devia-se congratular com o trabalho que o Governo estava a desenvolver nesta matéria porque visava uma ponderação das circunstâncias em que estes refugiados iam ser recebidos.-----

-----Foi passada a palavra ao **Deputado Mendes Dias**, que disse ter pedido a palavra para repudiar o aproveitamento político e demagógico com que o Deputado Rui João Rodrigues interviera na defesa da moção, considerando ser inadmissível que depois do esforço da Senhora Presidente da AM para ter uma moção de consenso onde pudesse juntar as partes, houvesse um deputado na Assembleia que fizesse o aproveitamento, que além de não ser rigoroso nem sério, era uma tentativa de divisão ao esforço feito pela Presidente.-----

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Em seguida, tomou o uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse ter sido bastante claro em relação à moção, à qual não se opunha, mas escamotear responsabilidades políticas e históricas era algo que não se devia fazer e negava estar a fazer aproveitamento político. Referiu que era uma situação a ser vivida na Europa e no Mundo e que existiam responsáveis políticos. Afirmou que não tinha sido feita demagogia e que a posição de Portugal, na altura sob o governo do Dr. Durão Barroso, fora clara no apoio à intervenção dos Estados Unidos no Iraque e que, historicamente, aquela zona do Mundo fora colonizada sem qualquer respeito pelos seus povos e etnias.-----

-----**A Presidente da AM** tomou a palavra referindo que todo o esforço colectivo fora a prol de se conseguir uma prestação e posição unânime da AM, independentemente das posturas que cada bancada pudesse ter em relação à História.-----

-----**O Deputado Lobo da Silva** interveio, aconselhando o deputado Rui João Rodrigues a procurar imagens no Canal História ou no Canal Memória sobre um programa da Invasão do Afeganistão. -----

-----**A Presidente da AM** interveio, dizendo que todas as bancadas haviam manifestado a sua posição sobre a matéria, quer em termos globais, quer em termos do documento. Referiu ainda que era um assunto que poderia ocupar lugar noutras assembleias, contudo, era este o documento presente à votação. -----

----- **Após votação, este documento foi aprovado por unanimidade.**-----

-----**O Deputado Alain Monteiro** apresentou a seguinte Declaração de Voto, em nome do Grupo Municipal da CDU. -----

-----*“A europa assiste a movimentos migratórios que representam não apenas uma fuga à pobreza, mas principalmente à guerra e à morte. São centenas de milhares de seres humanos, famílias inteiras que arriscam a vida em luta pela sua sobrevivência carregando consigo histórias dramáticas.*-----

-----*Por razões humanitárias mas também por obrigação constitucional, o governo deve tomar as medidas necessárias para dar o devido acolhimento a refugiados numa clara e inequívoca expressão da solidariedade do Estado português para com estes povos. Consideramos que o direito à vida e à dignidade é um princípio basilar que não deve ser ignorado nem alienado. Mas este é um drama que espera também, e sobretudo, uma forte resposta de solidariedade por parte da União Europeia que passe obrigatoriamente pelo respeito dos direitos humanos, sociais e laborais.*-----

-----*Contudo, recolher dignamente estes refugiados é apenas uma etapa. Exige-se sim na etapa seguinte, atuar sobre as causas destes movimentos migratórios. Exige-se por isso o fim das políticas de guerra e ingerência, das políticas neocoloniais de exploração dos povos e países de África e do Médio*

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Oriente patrocinadas pela NATO, Estados Unidos e União Europeia. Exige-se o respeito da soberania e independência dos Estados, o combate à pobreza e políticas de real solidariedade e cooperação para o desenvolvimento dos países economicamente menos desenvolvidos.-----

-----Nestas causas, Portugal teve infelizmente uma postura de vassalagem.-----

-----Exige-se ainda, em muitos países da união Europeia o fim do racismo, da xenofobia e das ações criminosas de grupos fascistas.-----

-----Face ao exposto votamos favoravelmente esta moção.”-----

*-----Em seguida, o **Deputado José Guerra** também apresentou a Declaração de Voto do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.-----*

-----“Votamos a favor desta moção porque desencadeámos o processo que a originou com o espírito construtivo necessário para que o concelho manifeste uma posição clara sobre a questão dos refugiados e se envolva na solução da questão, numa altura em que toda a ajuda é necessária.-----

-----Contudo, não podemos deixar de sublinhar que nem tudo são consensos relativamente a esta questão.-----

----- Isto porque não podemos esquecer que foram também as escolhas as políticas da direita portuguesa que levaram no passado recente à destabilização da região. Na Cimeira das Lages, Durão Barroso tornou-se o mestre-de-cerimónias da guerra em nome dos interesses norte-americanos. Paulo Portas, por sua vez, jurava que tinha visto provas da existência de armas de destruição massiva em posse do então governo iraquiano que nunca existiram.-----

-----Mais tarde, ventos de liberdade sopraram nas chamadas Primaveras Árabes que abalaram regimes ditatoriais apoiados pelo Ocidente mas chocaram com um muro de silêncios, de realpolitik, de convívios e apoios a facções guerreiras, de geopolítica rasca por parte dos governos europeus.-----

-----E quando a crise dos refugiados começou, os governos europeus enfrentaram esta crise com investimento no fechamento de fronteiras e desinvestimento numa política de solidariedade.-----

-----O governo português tem sido parte deste caminho profundamente errado que transformou o Mediterrâneo num cemitério e a Europa numa fortaleza fechada. Para além disto, face à catástrofe, a primeira resposta de Pedro Passos Coelho foi regatear o número de refugiados que o país aceitaria: tendo Bruxelas proposto 2.405, o Primeiro-Ministro vangloriava-se de ter conseguido reduzir o número de refugiados a integrar para cerca de 1.500, sendo que Portugal não chegou sequer a receber nenhum dos 45 refugiados que deveria ter recebido o ano passado. Com os mais recentes episódios desta crise, a



Assembleia Municipal de Sesimbra

pressão da opinião pública e das instituições europeias, admite-se agora a necessidade de receber mais pessoas.-----

----- Contudo, o governo parece ser mais duro a negociar com vidas humanas que é preciso salvar do que com os interesses económicos que se vão apoderando do bem comum nacional nos processos de privatização.-----

----- Agora, há que não regatear solidariedade nem ceder às tentações do populismo xenófobo. Por isso, para além do voto favorável declaramos a nossa disponibilidade para trabalhar neste assunto.”-----

----- Por último, o **Deputado Lobo da Silva** prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Tendo em consideração o esforço único da Senhora Presidente para elaborar uma Moção que fosse consensual depois da célebre reunião realizada no dia 10 de Setembro, é lamentável ouvir certas Declarações devoto, mas fica para a História. As mentes às vezes têm estes problemas”. -----

----- Encerrado este ponto, a **Presidente da AM** deu início ao **“PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS”**, mas não houve qualquer intervenção.-----

----- Prossequindo os trabalhos, a **Presidente da AMS** declarou aberta a Ordem de Trabalhos iniciando com o ponto **1. “Apreciação da Atividade Municipal”**, e disse que tal como vinha sendo prática dava a palavra ao Senhor Presidente da CMS, neste caso daria à Senhora Vice-Presidente da CMS para apresentar os assuntos que entendesse oportunos relativamente à apreciação da Atividade Municipal. Lembrou que a informação enviada pela CMS fora colocada, oportunamente na Plataforma da AMS.-----

----- A **Vice- Presidente da CMS** usando da palavra, referiu que este período de Atividade Municipal que ia desde o dia dezasseis de maio ao dia quinze de agosto, fora marcado, muito sucintamente, por alguns eventos de alguma importância para o concelho, começando pelo “Dia do Pescador” e todas as cerimónias que a Câmara e a comunidade delinearam para este período para uma homenagem à Comunidade Piscatória, o “Summer Cup” que foi realizado com uma parceria através das associações desportivas, a Junta de Freguesia do Castelo e a Câmara Municipal de Sesimbra, que tivera bastante sucesso, o hastear das 4 Bandeiras Azuis nas várias candidaturas e praias, bem como a Feira Festa na Quinta do Conde e todas as actividades que desenvolveram designadamente ao nível dos Santos Populares, quer na Quinta do Conde, quer na Freguesia de Santiago. -----

----- Foi ainda referenciado pela Vice-Presidente da CMS a inauguração dos Novos Balneários da ACRUTZ, o aniversário dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra, a Final do Campeonato Nacional de Futebol de Praia, o Aniversário do Grupo Desportivo de Sesimbra e sobretudo foi realçado que este período foi considerado de grande animação em termos turísticos e de grande actividade económica,

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

sobretudo ligado no que respeita à área da hotelaria, Turismo e Restauração, durante todo o verão. Haviam ocorrido bastantes turistas nos meses de Verão, o que era excelente a nível de economia local. -

-----Não era alheio a este fenómeno situações de alguma instabilidade que se verificavam nos destinos turísticos de excelência, o que fizera com que muitos turistas tivessem preferido Portugal para as suas férias, uma vez que também tinha havido uma valorização da oferta turística através da Requalificação de Espaço Público, das praias, da oferta turística e gastronómica oferecida e também a sorte da campanha publicitária feita pelas televisões ao longo do verão com divulgação da oferta das qualidades e capacitações para receber turistas. -----

----- A Vice-Presidente salientou ainda que fora um Verão extremamente positivo, que teria reflexos na economia e que se iria prolongar, pois era nesse sentido que a CMS iria trabalhar, ou seja, para que o Concelho estivesse mais qualificado, mais humanista e seja também um Concelho mais acolhedor para que esta atração turística que se verificava, se pudesse manter. -----

-----A Presidente da AMS deu de seguida o uso da palavra ao **Deputado Manuel José Pereira**, que referiu haver um consenso reunido em relação ao último ato eleitoral realizado na escola Básica de Sampaio, onde se gerava um problema relativamente à distribuição das mesas e credenciais de alguns membros das mesas. Após ter sido falado este assunto, a AM aprovava por unanimidade uma Moção. Após assistir na última reunião de CM, a algumas decisões que a Câmara já tomara, havia um aspeto que o Presidente da CMS não referira e que seria importante voltar a destacar, uma vez que a Câmara ainda não o resolvera: a questão de se poder arranjar transporte para as pessoas que tradicionalmente votavam em Santana, Maçã e Cotovia, para poderem deslocar-se para Sampaio, uma vez que muitas delas não possuíam transporte próprio nem público, o que ajudaria a minorar a abstenção. -----

-----O Deputado salientou ainda que este tema já havia sido discutido entre todos os grupos municipais na última reunião de Comissão e estaria reunido um consenso na Assembleia Municipal quanto à vantagem de implementar uma solução deste tipo. Poderia ser comunicado a existência do consenso entre todas as forças políticas representadas no concelho e difundir junto das populações interessadas a possibilidade do Município disponibilizar um “ Vai – Vem “. Entendia que para que não existissem confusões futuras, este transporte deveria ser disponibilizado por uma empresa concessionária e não por veículos da CMS. Esta possibilidade deveria ser assim pelo menos para as eleições Autárquicas para que não houvesse dúvidas para ninguém, se bem que nas eleições legislativas pudesse ser mais favorável, em termos financeiros, serem os veículos da Câmara a fazer o serviço. -----

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Contudo, ainda assim, seria preferível ser uma empresa a fazer este serviço (nomeadamente a TST). --- -----

----- O Deputado apelou à sensibilidade da Câmara em relação ao assunto e solicitou ainda que o plenário corroborasse ou não este consenso gerado em Comissão de Líderes dos Grupos Municipais. ----

-----A Presidente da AM cedeu, em seguida, a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que começou por cumprimentar todos os presentes na sala e questionou o ponto de situação da requalificação do Mercado, em que fase se encontravam as obras e para quando se previa a sua conclusão. Perguntou ainda se existia alguma avaliação sobre a Iniciativa do “ Cabaz do Peixe “ e, se estava em estudo o ajustamento do IMI em relação aos agregados familiares. Finalmente colocou a pergunta ao Sr. Vereador Sérgio Marcelino se este tinha alguma informação disponível sobre a utilização dos parquímetros a partir das 19 horas durante o período de Verão.-----

----- Interveio de seguida o **Deputado Rui João Rodrigues**, cuja intervenção se prendeu com o facto da Sra. Vereadora Felícia Costa não ter referido a Atividade ZimbraMel, que, ao fim de tantos anos de existência, se realizara no Cabo Espichel, dizendo que tivera o privilégio de estar presente e assistir a uma grande afluência. Questionou, depois, se a Câmara já tinha algum balanço sobre o evento em relação a anos anteriores. -----

-----Comentou ainda que, de acordo com os excelentes trabalhos artísticos realizados ao longo da Vila e que já que fazia parte do projeto do Mercado Municipal, a sua ornamentação com fotografias da zona rural e zona de Sesimbra, sugeriu, considerando que talvez desse mais visibilidade ao próprio Mercado, que fossem convidados os artistas que participaram no “ Sesimbra Arte na Rua “, para eles mesmos ornamentarem a zona do Mercado.-----

-----Disse depois que não queria deixar em branco os “40 Anos da Diocese de Setúbal”, e dar as Saudações ao 1º Bispo da Diocese de Setúbal, D. Manuel Martins, Hoje Bispo Benemérito, a D. Gilberto Carvalho dos Reis, hoje em fim de funções e também dar as boas vindas ao novo Bispo, que seria colocado no próximo mês, D. José Ornelas de Carvalho. -----

-----Tomando o uso da palavra, o **Deputado Alain Monteiro** pediu um esclarecimento à Sra. Vice-Presidente sobre a recente publicação da Newsletter da Assembleia Municipal onde o Grupo Municipal do Partido Socialista refere o seguinte: -----

-----“...Para reduzir a enorme dívida, a Câmara alienou o equilíbrio do investimento ao longo do período em que governa e, pior, impôs austeridade aos seus gastos correntes e serviu pior os munícipes



Assembleia Municipal de Sesimbra

(na limpeza e na manutenção dos pavimentos, no menor apoio às instituições; a jovens desempregados e às famílias em dificuldade) ”.-----

-----Disse depois que considerava o escrito pura demagogia e propaganda barata, referindo que acerca de um ano, o Grupo Municipal Socialista criticava a Câmara Municipal de Sesimbra por ter feito um investimento e agora criticava por supostamente não o ter feito.

-----O Deputado perguntou à CMS se realmente tinha havido um pior serviço aos munícipes em relação a estas valências e o porquê de tal ter acontecido.-----

-----Seria que se devia ao facto de a Câmara ter feito, por imposição do Governo, uma redução dos seus efectivos e por não poder contratar funcionários?-----

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado Lobo da Silva**, que referiu que a partir de 15 de Setembro as Câmaras Municipais iam saber quais as famílias que poderiam ser beneficiadas pelo chamado IMI Familiar, medida essa, tomada pelo Governo do PPD-CDS/PP inscrita no Orçamento de Estado para este ano. Esta medida previa a redução da taxa de IMI entre os 10% e os 20%, variando, conforme o número de dependentes no agregado familiar. Considerando que esta redução ia ser decidida pela Assembleia Municipal após uma análise cuidada por parte do Executivo, o Grupo Municipal do PSD sugeria à Câmara Municipal que desse início à análise do processo, a fim de ser considerado no próximo Orçamento Camarário.-----

-----Continuando a sua intervenção, o Deputado disse que continuava a existir a falta de placas de sinalização de Sesimbra no troço da Ponte Vasco da Gama para esta vila, que agora, mais do que nunca era necessário já que Sesimbra este Verão estivera “ na berra” pelas melhores situações: a sua divulgação na TV por 2 vezes na Antena 1 em que falara do “Cabaz do Peixe”, que deveria continuar a ser divulgado além-fronteiras. Salientou que era preciso saber vender Sesimbra, e que esta era uma boa maneira de o fazer, assim como a iniciativa do aeroporto de Lisboa, que traria frutos.-----

----- Em relação à Atividade Municipal, fora bem ilustrado o trabalho que tinha de ser bem seguido que atraía em mais do dobro de pessoas a visitar Sesimbra. Era importante saber quais eram os mercados a que poderia recorrer para vender Sesimbra, porque com o resultado deste Verão e com o bom acolhimento que a Vila sabia dar, não restavam dúvidas de que o Turismo era o futuro do Concelho.

-----A Presidente da AMS cedeu em seguida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira**, o qual antes de intervir sobre a atividade municipal, respondeu ao Deputado Alain Monteiro, dizendo que comparando a execução das GOP’s entre o primeiro semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015, verificara-se que descia de 10.500.000,00€ para 7.700.000,00€, não estando a criticar, mas apenas a fazer

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma constatação, visto ter sido uma opção que a Câmara tomara, sendo óbvio que tinha havido menor actividade por força de um desequilíbrio do investimento, (houve picos de investimento muito altos e outros mais baixos) que se tivesse sido mais constante ao longo deste período, provavelmente não teria tido estas consequências.-----

-----O Deputado referiu que era o próprio Presidente da Câmara a reconhecer que existiam menos pessoas ao serviço, menos possibilidade de limpar as ruas, menos possibilidade de limpar contentores e de tapar buracos nas estradas.-----

-----Disse ainda que a Sra. Vice-Presidente falara de um conjunto de actividades quase todas para além do período em discussão que era o 2º trimestre, mas era compreensível porque em Setembro fazia-se sempre o balanço do Verão. Tendo havido mais pessoas em Sesimbra, também tinham existido problemas de limpeza das ruas, de estacionamento, insegurança, ausência de alguma fiscalização, ocupação da via pública de forma abusiva, fruto do facto de haver mais pessoas na Vila.-----

-----Referiu depois que existia um conjunto de questões que não influenciavam positivamente a vivência e chamar o turismo a Sesimbra. Mencionou ainda os aspectos positivos que foram a Fortaleza e a Requalificação mas nunca esquecendo o que não estava bem, como por exemplo a obra do Mercado no momento em que estava a ser concretizada.-----

-----O Deputado continuando a sua intervenção, disse que o Presidente da CMS criticara o Partido Socialista por não ter concordado com a mudança da ZimbraMel, mas ter ido ao local fazer campanha. O Partido Socialista não renegava a ZimbraMel e tinha muito orgulho na sua realização e na sua manutenção, apesar de não concordar com o desinvestimento que foi feito nos últimos anos no Castelo, fazendo com que a ZimbraMel tivesse que mudar. Discordava com a não manutenção dos investimentos do Castelo para que continuasse a ser a grande sala de visitas do nosso Concelho. O facto de não se concordar com o que se fazia não significava ficar zangado por isso.-----

-----Outra questão referida pelo Deputado foi a permanência de autocaravanas junto a algumas praias do concelho, provocando alguma instabilidade nesses locais, nomeadamente na Foz, Bicas, Lagoa de Albufeira, entre outros.-----

----- Disse depois pretender saber o que se passara com a colocação dos médicos de família no concurso mais recente entre o Agrupamento da Arrábida e restantes Agrupamentos da ARS de Lisboa e Vale do Tejo.-----

-----Prosseguindo com a sua intervenção, disse, em relação ao IMI, que considerava que a Câmara devia adotar, com alguma rapidez, as reduções para as famílias com filhos e baixar a taxa e não subi-la

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

como compensação da possibilidade de dar descontos às famílias com filhos. Considerava que este era um erro que não ajudava ao desenvolvimento económico do Concelho.-----

-----Referiu ainda um problema com o abastecimento de água na zona de Argéis questionando se tinha havido algum abastecimento por um auto-tanque dos Bombeiros Voluntários a este mesmo depósito.-----

-----Continuando, disse que era referido na Atividade Municipal, uma permuta de terrenos, tendo solicitado esclarecimentos sobre o assunto.-----

-----Em seguida, falou das queixas que alguns munícipes tinham feito devido à inclinação da Rua que subia junto ao Hotel Sana Park, que precisava de tratamento do asfalto para que os carros não derrapassem nessa mesma subida.-----

-----Questionou depois se existiam problemas com a colocação de pessoal nas escolas, uma vez que o Ano Letivo estava no início.-----

-----Referiu de seguida as várias entradas no expediente da Assembleia Municipal, nomeadamente relacionadas com problemas de munícipes em relação à limpeza e segurança na Charneca da Cotovia, problemas de estacionamento na travessa Xavier da Silva com carros a bloquear a passagem de viaturas.-----

-----Mencionou também as complicações com a entrada no campo de ténis da Cotovia, problema esse, entre a Associação da Cotovia, os condóminos dos prédios e a Câmara até certo ponto, uma vez que o Deputado nunca concordara que a gestão do campo de ténis fosse entregue à Associação da Cotovia, visto esta não ter capacidades nem recursos para tal, originando um problema de quase “terra de ninguém”, com os munícipes dos prédios a queixarem-se.-----

-----Para terminar, o Deputado referiu uma queixa dirigida à Assembleia Municipal por um munícipe, com a acusação de uma intervenção de destruição nas Dunas junto ao “Campimeco” e se existia alguma informação relacionada com o Gabinete de Inserção Profissional na Quinta do Conde e eventual passagem para o concelho do Seixal.-----

-----Dada a palavra ao **Deputado José Guerra**, este começou por comentar uma situação relacionada com munícipes da Quinta do Conde que tinham intervindo numa sessão de Assembleia sobre um pagamento indevido de ligação ao esgoto. O Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, referira então que não voltariam a ter mais recibos para pagar. No entanto, estes munícipes já tinham recebido mais três recibos, pelo que apelava que fosse averiguado o que se estava a passar em relação à situação.-----

-----Cedida a palavra à **Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Santiago**, esta considerou importante falar da animação do Verão e enalteceu o trabalho desenvolvido por todo o Movimento

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Associativo, quer a nível da Freguesia, quer das restantes freguesias, que haviam trazido muita gente, tanto de zonas de fora do país, como de zonas do país completamente afastadas da vila de Sesimbra. Considerava importante salientar este trabalho, nomeadamente a nível do “Festival de Folclore”, que envolvera várias regiões do país, do “Encontro de Bandas”, desenvolvido pela Sociedade Musical Sesimbrense que trouxera pessoas de fora que voltavam para passar férias, mas não podia deixar de salientar o grande evento deste ano que fora o “Mega Samba” que permitira que 12 nacionalidades diferentes visitassem a vila e tivera uma grande repercussão a nível internacional porque eram pessoas que vinham e tinham por norma o hábito de passar férias nas Unidades Hoteleiras da Freguesia de Santiago.-----

-----Referiu ainda que este trabalho e a excelente parceria feita com a Câmara Municipal e Movimentos associativos do concelho, traziam estes frutos que eram os espectáculos de excelente qualidade que envolviam muitas pessoas, com custos reduzidos para a Autarquia e com oferta gratuita para toda a população, tanto para os residentes como para os que visitavam Sesimbra.-----

-----Tomando o uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** referiu que a forma de atuação do Governo em relação à redução do IMI para famílias numerosas era mais uma vez a prova de como o Governo “tentava atirar a batata quente” para as autarquias na tentativa da resolução de problemas criados pelo mesmo governo.-----

-----Disse ainda que a solução para combater a baixa natalidade não passava por baixar o IMI mas sim por criar boas condições na educação, saúde, estabilidade no país, que actualmente não existia.-----

-----Solicitou depois à Câmara Municipal que se estivesse a estudar o assunto, tivesse em conta não só a questão das famílias numerosas mas também os rendimentos dessas mesmas famílias, pois no caso de famílias com baixo rendimento, justificava-se baixar o IMI, o que justificava esta ser uma medida social a tomar pela Autarquia de Sesimbra.-----

-----Seguidamente, a **Presidente da AM**, chamou a atenção, dizendo que este era o período de Atividade Municipal e que se privilegiavam as questões a colocar à Câmara como forma de esclarecimento e que relativamente à questão do IMI, inicialmente colocada como pergunta, haveria o momento apropriado para a debater, quando a Câmara apresentasse a proposta.-----

-----Aproveitou ainda para dizer que a Comunicação Social, pelo facto de ter dado conta que era uma questão a aprovar pelo órgão deliberativo do município, a Assembleia Municipal, já recebera 4 ou 5 solicitações de esclarecimento por parte dos munícipes para obterem esse desconto, e, inclusivamente, um munícipe fizera praticamente um requerimento dando conta da sua situação familiar e de

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

rendimentos, solicitando que fosse abrangido por essa medida que estava contemplada. Este assunto requeria um esclarecimento importante por parte da Câmara que seria feito quando se discutisse a situação do IMI.-----

-----Dada a palavra à **Deputada Helena Cordeiro**, esta começou por cumprimentar os presentes e em seguida realçou o apoio prestado pela CMS aos alunos e alunas do Município, dizendo que o apoio concedido para os transportes era importante e regular, mas não deixava de ser importante falar de outro aspeto em que as famílias eram muito penalizadas para garantir o acesso à escolaridade por parte dos jovens e crianças, dado que na informação de Atividade Municipal no sector da Ação Social não estava mencionado nem fora divulgado no site da Câmara o Projeto “Roda Livros”, dinamizado pela Câmara e que visa promover a troca de manuais escolares, pelo que pedia aos Deputados para reflectirem sobre o que se passava em relação aos manuais escolares, sabendo-se que existiam milhares de manuais que iam para o lixo por ser impossível reaproveitá-los, primeiro devido à alteração do Acordo Ortográfico e depois devido às contantes alterações das metas curriculares, o que obrigava as famílias a gastarem muito dinheiro.-----

-----Por estes motivos, a Deputada considerava haver a necessidade de fazer pressão sobre o Governo para que os manuais escolares estivessem em vigor durante 6 anos, tal como mandava a Lei. A Câmara apoiava os alunos, mesmo não sendo uma competência direta, mas, como cidadã, sentia-se na obrigação de demonstrar uma forma de não se fazer silêncio perante a situação.-----

----- Cedida a palavra ao **Deputado Mendes Dias**, este congratulou a Câmara Municipal pela acção que o Pelouro da Toponímia desenvolvera, resolvendo a questão que estava a criar alguns incómodos na Urbanização da Ribeira, tendo sido importante a intervenção na alteração que tinha sido proposta inicialmente.-----

-----Em relação ao início do novo ano escolar, o Deputado questionou a CMS sobre a data da Receção à Comunidade Educativa e lamentou que ainda existissem no concelho alguns Diretores de Agrupamentos que tinham uma visão muito estreita do que era dirigir e considerarem que a Educação e a Gestão dos seus agrupamentos, da educação e do espaço escolar se confinava apenas à sua escola, não tendo uma visão do que era o interesse dos alunos e da comunidade, havendo assim alguns boicotes nomeadamente quando alguns alunos queriam mudar de escola e também à dificuldade a nível oficial, candidatando-se a determinados cursos, acabando por não ter alunos para os frequentar, impossibilitando outros Estabelecimentos Escolares de oferecer esses mesmos cursos.-----

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- O Deputado fez ainda uma chamada de atenção para o Conselho Municipal de Educação, para alertar os Diretores presentes nesse Fórum Municipal de que em primeiro lugar estava o interesse dos munícipes jovens da Comunidade Escolar e só depois os interesses pessoais de dirigir e ser Diretor de Agrupamento.-----

-----Tomou uso da palavra a **Presidente da AMS** referindo-se à intervenção anterior, informou que integrava o Conselho Municipal de Educação mas, oportunamente estaria disponível para auscultar com mais precisão o que o Deputado Mendes Dias comentava.-----

-----Sobre a questão do Estado da Educação, este assunto fora abordado no dia 10 de Setembro ao nível da Comissão de Líderes, a propósito da sessão temática, com a possibilidade, de se realizar uma reunião imediatamente a seguir às eleições para debater a questão que ficava adiada para o mês de outubro. -----

-----Foi em seguida cedida a palavra à **Sra. Vice-Presidente Felícia Costa** que iniciou a sua intervenção referindo que o transporte nas eleições legislativas de pessoas entre Santana, Cotovia e as mesas de voto de Sampaio era um assunto que a Câmara ainda não ponderara, tendo anotado a questão que certamente seria apreciado o mais rápido possível em relação à oportunidade da realização deste “Vai-vém”, uma vez que as eleições estavam para muito breve.-----

-----Em relação à requalificação do Mercado, verificava-se um ligeiro atraso na concretização da obra, sendo a previsão da conclusão da 1ª fase, que permitiria a deslocação de todas as bancadas para o seu interior no início de outubro mas neste momento existia um atraso de cerca de 15 dias, pelo que só em meados de outubro o Mercado teria condições para receber os comerciantes. A 2ª fase consistiria na colocação das câmaras frigoríficas no piso inferior.-----

----- A Sra. Vereadora lembrou o que já foi dito várias vezes pelo Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, em relação ao momento em que se estavam a realizar estas obras, que decorriam da oportunidade duma candidatura na ordem de 500.000,00€, dos quais 250.000,00€ afetos ao Museu do Mar e os outros 250.000,00€ para a recuperação do Mercado. A partir da aprovação das candidaturas, fora necessário avançar com o projecto e as obras, sendo necessário cumprir os prazos de candidatura, caso contrário, o financiamento seria perdido.-----

-----A requalificação do mercado já tardava, pelo que não fora realizado mais cedo porque não havia a disponibilidade financeira mas, após a aprovação, existia a necessidade de se cumprir prazos estabelecidos.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Sra. Vereadora salientou que ambas as obras tinham de ser concluídas até ao final do ano 2015, pelo que não haveria possibilidades de atrasar as obras do Mercado para não apanhar o período do Verão. Era óbvio que sempre que existiam obras em espaços públicos e cuja realização era necessária continuar, implicava sempre constrangimentos, sendo preciso minimizar estas dificuldades tanto para quem tinha as bancas como para os utentes do mercado.-----

-----Este ano, com a oportunidade da sua realização na zona do Pelourinho, havia informação de que a maior parte dos comerciantes vendera muito mais em relação a períodos iguais noutros anos porque agora estava no exterior. Servira também de animação para a própria vila e proporcionara a muitos turistas visitar o mercado, fazendo compras. Disse depois que não percebia a crítica do PS quando dizia não ter sido o tempo oportuno para fazer essa requalificação. Tinha havido uma tentativa para não se atrasar as obras para que quando o clima piorasse, todos pudessem estar realojados num espaço com mais condições e mais dignificante para quem exercia a sua actividade.-----

-----Em relação ao “Cabaz do Peixe”, a Vereadora disse que não tinha nenhuma informação específica porque não acompanhara a matéria mas já estava a ser elaborado um relatório pelo Gabinete de Apoio à Pesca e se faria chegar à Assembleia Municipal aquando da sua conclusão.-----

-----Sobre a redução do IMI, informou que o desconto que poderia ser de 10%, 15% ou 20% de acordo com o número de descendentes, podendo também ser ascendentes e dependeria da deliberação de cada Autarquia, ou seja, caberia a cada Município decidir se seria ou não aplicada esta norma. Em relação à matéria, e respondendo ao Deputado Lobo da Silva que falava da bondade da medida imposta pelo Governo, a Vereadora considerou que teria impactos políticos nas famílias se esta medida fosse aplicada mas achava surpreendente que o Governo PSD fizesse esta generosidade à conta das verbas dos Municípios. Salientou que seria bom também fazer esta generosidade às famílias portuguesas nas verbas que lhe são imputadas ao nível do IRS e TSU, mas era muito fácil fazer solidariedade e práticas sociais com verbas que eram de outros, neste caso, com as verbas municipais. Referia que em Sesimbra ainda não fora tomada qualquer decisão sobre a redução do IMI mas seria benéfico a Câmara Municipal de Sesimbra ponderar com seriedade a possibilidade duma redução até porque durante vários anos fora proposto pelas bancadas da oposição a redução da taxa. A Câmara não o fizera e justificava porque o IMI era aplicado a todos os fogos, fossem de habitação permanente ou não. Pois sendo Sesimbra um concelho com muitas casas de 2ª habitação, o facto de se baixar o IMI iria beneficiar quase 50% dos fogos que pagavam IMI que eram de 2ª habitação e essa perda de receita iria potenciar a redução das receitas do Município, receitas essas que são importantes para a realização de algumas actividades da

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

competência da Autarquia, tal como a limpeza das estradas, dos passeios, o melhoramento do asfalto, questões a nível do transporte escolar, o apoio às escolas, abastecimento de água, bem como de outras em que a Câmara não tinha competência direta e que fazia muito para além do que muitos Municípios faziam, nomeadamente ao nível do Apoio Social. -----

-----Fora sempre argumentado pela autarquia que não se reduziria o IMI para além dos níveis praticados neste momento, pesando sempre o facto de se ir beneficiar pessoas que não residiam em Sesimbra.-----

-----Este diploma ia fazer incidir este benefício apenas nas habitações permanentes, sendo uma situação para a Câmara Municipal avaliar muito seriamente necessitando saber de quantos agregados familiares se estava a falar, o impacto que uma redução iria causar nas finanças da Câmara, tendo em atenção o empréstimo que fora contraído através do PAEL, empréstimo esse onde o Governo obrigava a cumprir as receitas no contrato que fora estabelecido. As receitas em relação ao IMI estabelecidas no PAEL estavam neste momento aquém daquilo que era a previsão, porque as receitas de IMI dos últimos 2 anos eram inferiores ao que estava perspectivado. Em consideração a tudo isso, se houvesse uma redução do IMI em cerca de 40€ anuais para uma família, isso implicaria uma redução de cerca de 1.000.000,00€ nas receitas municipais, era uma relação entre perda/benefício. -----

-----Neste momento, a Câmara aguardava os dados que as Finanças iriam enviar sobre o Universo de agregados familiares e o cálculo em relação à possibilidade da redução do IMI.-----

-----Relativamente à ZimbraMel, e discordando do que fora dito pelo Deputado Manuel José Pereira quando dizia que existia um desinvestimento no Castelo, relembra que o castelo vinha sofrendo ao longo dos anos um conjunto de melhorias e benefícios que o haviam tornado num dos Monumentos mais apetecíveis para visitar não só da Península de Setúbal mas também da própria AML, sendo um dos poucos castelos com oferta em termos culturais, de exposições, que estava requalificado, bonito, limpo e que era gratuito, ao contrário de outros que não tinham nem metade da oferta cultural do nosso castelo e ainda tinham de pagar para os visitar. Esta situação permitia que o castelo de Sesimbra se tornasse um ponto de atração turística e cultural. -----

-----A escolha da saída da ZimbraMel para o Cabo Espichel tivera outros motivos já explicados pelo Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra e este ano, ela tivera a oportunidade de visitar a ZimbraMel onde falara com alguns expositores e apenas 1 dissera que tinha vendido menos que nos anos anteriores, ao contrário dos restantes que disseram ter vendido mais só no 1º dia do que nos 3 dias do ano passado. A Vereadora acrescentou que considerou ter sido uma aposta conseguida, num espaço bonito, com

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

algumas condições em termos de protecção climática, o que o castelo não oferecia, e que esta era uma aposta para continuar.-----

----- Em relação ao Projeto “Sesimbra Arte na Rua” e o Mercado, já existia um projecto aprovado sobre a ornamentação definida, fazendo, à semelhança das ruas, portas e janelas, alguns elementos simbólicos da Campanha “Sesimbra é Peixe”.-----

-----Prosseguiu a intervenção referindo-se à redução dos serviços prestados na limpeza e manutenção dos passeios, e tendo já o Presidente da Câmara reconhecido que não estava a ser prestado um serviço de qualidade como se gostaria, a Vereadora disse não concordar com o teor do parágrafo enunciado pelo PS no Boletim da AMS sobre ter sido feito um desinvestimento de apoio cultural às Associações, às Instituições e famílias, tendo a Câmara reforçado este apoio nos últimos anos com a aprovação do Regulamento que dava apoio às colectividades no âmbito do desporto, permitindo que algumas passassem a receber ajuda. Era efetivamente verdade a incapacidade de resposta da Câmara à limpeza de ruas, passeios e asfaltamentos, o que se deve a várias situações, sendo a 1ª dificuldade a contratação de pessoal operário, havendo mesmo serviços com uma grande dificuldade para “segurar” assistentes operacionais. Esta foi uma política imposta que só permitia a contratação de pessoas depois de cumprir o rácio de 2% de diminuição de pessoal.-----

-----A Vereadora prosseguiu a sua intervenção lembrando que a Lei do Orçamento de Estado deste ano só permitia contratar se não houvesse um aumento da despesa com pessoal, o que significava que seria necessário ter pessoas a aposentar-se ou a pedir a demissão para se poder avançar para a contratação.-----

-----A ausência de Recursos Humanos que permitissem uma limpeza mais adequada era notória no dia-a-dia, mas esta situação seria esclarecida pelo Vereador José Polido.-----

-----Ainda em relação a este assunto, a Vice-Presidente da Câmara Municipal referiu que a descentralização de competências feita para as Juntas de Freguesia, tivera como objectivo minimizar esse impacto negativo e permitir que as Juntas, porque tinham um universo de espaço territorial, uma gestão e trabalho mais aprofundado e coordenado do que tinha a Autarquia com o seu grande território e porque tinha outra agilidade e capacidade em termos de recursos humanos. O objectivo nessa descentralização onde as matérias referidas estavam propostas e que fora assumida pelas Juntas de Freguesia resultava na melhoria quer das limpezas, quer da desmatação dos passeios em relação à Junta de Freguesia do Castelo.-----

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A Vereadora afirmou não ter quaisquer problemas em reconhecer que ainda existia muito trabalho a fazer e a melhorar nessa área, o que não acontecera ainda pelos constrangimentos invocados, mas continuava a ser um desafio a que a Câmara tinha de responder, arranjando estratégias para melhorar a situação.-----

-----Relativamente às placas de sinalização para quem vinha da Ponte Vasco da Gama, era uma matéria da competência das “Estradas de Portugal”, tendo a Câmara já feito vários esforços no sentido de sensibilizar as “Estradas de Portugal” colocarem indicação de Sesimbra, bem como da Quinta do Conde. Esta matéria já merecera por parte da Câmara muitas tentativas e ofícios, continuando a insistir na Entidade que tinha esta tutela.-----

-----Os problemas de estacionamento tinham existido este ano e era sabido que, embora as medidas de estacionamento parqueado tivessem melhorado em muito, o grande fluxo de visitantes em Sesimbra acarretava os problemas de estacionamento, não sendo Sesimbra um caso único nesta situação, pois sempre que existia um aumento de carga demográfica sobre um determinado território, as questões de estacionamento e limpeza ressentiam-se disso.-----

----- Continuando a sua intervenção, a Vereadora disse que não partilhava da visão pessimista transmitida e em questões de segurança não tinham existido situações que precisassem de ser realçadas. Em relação ao estacionamento indevido, este deve-se à falta de fiscalização por parte da GNR, tendo já a Câmara Municipal de Sesimbra reunido com o Comandante do Posto da GNR de Sesimbra para a sensibilização em relação a viaturas mal estacionadas, cabendo à GNR a responsabilidade de as remover. Houve dias em que estas operações foram realizadas mas era um problema que tinha de ser articulado com quem tinha a competência de intervir em relação ao estacionamento indevido.-----

-----Aborda em seguida o assunto respeitante à limpeza das praias e da vila, dizendo que fora feito um esforço por parte dos serviços, apesar da falta de pessoal, para que a vila tivesse um ar limpo, bonito, atrativo e isso fora conseguido.-----

-----A questão dos médicos de família, era um assunto que poderia ser mais esclarecido com a intervenção da Sra. Vereadora Cláudia Mata. Tinham havido problemas no Centro de Saúde por falta de médicos.-----

-----A Câmara Municipal de Sesimbra tivera oportunidade de enviar um ofício ao Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida a questionar sobre esta situação cuja resposta foi no sentido de que este não era um problema só no Centro de Saúde de Sesimbra mas também em toda a área de acesso deste Agrupamento, e que tinha a ver com a denúncia do protocolo entre o Agrupamento de Centros de Saúde

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

da Arrábida e a empresa que colocara os médicos, por falta de cumprimento desta última. Esta situação estava relacionada com a política desenvolvida ao longo de anos por Governos PS e PSD que tinham impedido que muitos jovens chegassem à faculdade e até os que tinham chegado e conseguido terminar os seus Cursos de Medicina e Enfermagem, tivessem a sua prática negada, devido às más condições oferecidas pelo Ministério da Saúde e Serviço Nacional de Saúde como os baixos ordenados e cortes nos salários, sendo obrigados a emigrar para Inglaterra.-----

-----Outro assunto discutido no Período da Ordem do Dia fora o arranque do Novo Ano Letivo que a Sra. Vice-Presidente fez questão de esclarecer que estava tudo preparado para que este início corresse bem. --- -----

-----Referiu que haviam sido feitas obras em grande parte das escolas mas que tinham existido alguns problemas com a colocação de pessoal auxiliar ao nível dos Jardins-de-Infância, que era da responsabilidade da Autarquia mas pelo impedimento da contratação de funcionários, tendo já avançado um acordo com as IPSS's que com a verba que a Câmara disponibilizava a estas instituições, permitiria que fossem estas a colocar o pessoal que estava excedentário, a exercer as suas funções nos Prolongamentos de Horário após a Componente Letiva, sendo uma garantia para que as famílias do Concelho de Sesimbra tivessem onde deixar os seus filhos. -----

-----Disse depois que não tinha conhecimento sobre a reclamação da intervenção nas dunas mas iria informar-se do sucedido.-----

-----Em relação ao Gabinete de Inserção Profissional na Quinta do Conde, a Vereadora informou que encerrara de facto e tinha tido a oportunidade de levar à Câmara uma Moção de Rejeição pelo seu encerramento. O sucedido devera-se a uma medida nacional, medida essa que autorizava que existisse apenas um Gabinete por Concelho, sendo forçosamente encerrado o da Quinta do Conde, considerando que seria mais fácil a população da Quinta do Conde deslocar-se ao Seixal do que a população das Freguesias de Santiago e Castelo. Esta situação mereceu repúdio, demonstrando ao Instituto de Emprego e Formação Profissional o descontentamento da Câmara Municipal de Sesimbra e neste momento aguardava-se resposta mas não havia grande perspectiva de ver este Gabinete reaberto. -----

-----Sobre a permuta de terrenos, a Vereadora explicou que, havendo um acordo entre a empresa “António Xavier de Lima”, a Câmara Municipal e o grupo desportivo e Cultural do Conde 2, no sentido dos terrenos que se situam por trás do actual campo de futebol virem à posse da Câmara e nessa altura fazer-se uma permuta com o Grupo Desportivo e Cultural do Conde 2 para poder instalar nesses terrenos, o campo de jogos e devolver à empresa “António Xavier de Lima” o terreno contíguo à Sede onde seria

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

instalado o campo de jogos. Esta situação nunca se concretizara e neste momento existia a possibilidade, através duma candidatura, de se avançar para a construção de mais uma Unidade escolar de Jardim-de-Infância e 1º Ciclo na Quinta do Conde. O financiamento para a sua concretização estava garantido tendo a Câmara já chegado a acordo com a Direcção do GDC do Conde 2 para que este terreno fosse cedido para a construção desta escola, tendo a Câmara tomado o compromisso de ceder ao GDC do Conde 2 os terrenos do antigo pavilhão da Cruz Vermelha para a construção do novo campo de jogos. -----

----- Por último, a Vereadora informou que a Recepção à Comunidade Educativa que se realizaria em princípio no dia 3 de outubro no Cineteatro João Mota a partir das 21 horas, embora mais tarde se pudesse confirmar a data. -----

----- Foi cedida em seguida a palavra ao **Vereador Sérgio Marcelino**, que respondendo ao deputado João Rodrigues, disse que ainda se estava à espera do relatório do mês de Julho e Agosto por parte da empresa “Emparque”, que seria entregue na próxima semana. Assim que este relatório fosse entregue, seria facultado por correio electrónico para a Presidente da Assembleia Municipal e eventualmente, seria depois discutido. -----

----- Relativamente à subida junto ao Hotel Sana Park, o problema fora identificado e nos dias de mais nebulosidade ou pluviosidade, as viaturas “patinavam”, o que se tornava difícil para alguns condutores efectuar a subida, estando preparada uma refrasagem para essa rua, bem como reforçar o pavimento da Rua 4 de Maio. -----

----- Verificava-se a dificuldade de tráfego junto à Fortaleza principalmente no Largo da Marinha, porque existia conflito com os comerciantes, que retiravam os pinos para colocarem as viaturas, o que vinha sendo uma luta constante verificando-se uma inoperância por parte das Forças da GNR, a quem já fora pedido para atuar, o que não acontecera originando o mau estacionamento de viaturas no passeio. -----

----- A questão da colocação de placas sinaléticas na Auto-Estrada vinha sendo abordada há muito tempo e, inclusivamente, na última reunião, o Presidente da Câmara pedira para que o Grupo do PSD fizesse algumas diligências junto das Estradas de Portugal porque a Câmara já fizera o possível, enviando cartas e inclusivamente até fizera uma reportagem fotográfica que fora enviada para as Estradas de Portugal, que nem sequer se dignaram a responder. O Sr. Vereador poderia facultar as cartas enviadas ao longo dos anos para que fosse reconhecido o esforço da Autarquia neste sentido. -----

----- Por fim, o Vereador esclareceu o assunto das Autocaravanas que considerando ser algo que não se podia controlar. O aumento devera-se ao facto do acesso a Autocaravanas no Parque de Campismo do Outão estar encerrado, estando a Câmara Municipal de Sesimbra a desenvolver um Projeto de no

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

próximo ano, o Parque de Campismo do Forte do Cavalo ter a possibilidade de colocar cerca de 15 a 20 viaturas autocaravanas com ligação eléctrica, água e, caso fosse necessário, com ligação ao saneamento.

-----Tomou depois o uso da palavra a **Sra. Vereadora Cláudia Mata**, que cumprimentou os presentes e esclareceu que o Atendimento complementar era assegurado por médicos contratados e não por médicos afetos ao Ministério da Saúde. Era manifesta a dificuldade em substituir esses médicos quando faltavam, acabando por não se arranjar solução a não ser que houvesse uma cobertura total dos utentes e se conseguisse assegurar a permanência de um médico neste tipo de atendimento complementar de Doença Aguda.-----

-----Em relação ao nº de Médicos de Família no concelho, em agosto fora integrado um novo médico na Freguesia de Santiago, continuando a haver a necessidade de colocar outro médico na Quinta do Conde.- -----

-----Em seguida, foi cedida a palavra ao **Sr. Vereador José Polido** que começou por falar sobre o IMI, incluindo-se o próprio no grupo de famílias que poderá usufruir de uma redução de 20% se a Autarquia assim o decidisse. No entanto, enquanto gestor Público, considerava ter outras preocupações nomeadamente sobre o que era afirmado de que a Câmara não fazia investimentos, e de antigamente haver muitas dívidas.-----

-----À questão a execução das GOP e o que a Autarquia está a fazer no desinvestimento, o Vereador disse que ao dia de hoje, a Autarquia tinha cabimentado cerca de 86,6% das GOP para o ano de 2015 e desses cabimentos, 88% já está compromissado por parte da Autarquia e desses compromissos tinha 66% realizado. De tudo o que está realizado, já tinham sido pagos 89,59%, tendo a Autarquia uma dívida de apenas 10% que em relação às GOP corresponde a 5%.-----

-----Voltando à questão do IMI, salientou que se uma família com 2 filhos possuísse uma casa de 200.000,00€, com a actual taxa praticada pela Câmara Municipal de Sesimbra, essa família ia ver reduzida a sua despesa em 10€ por mês. -----

-----Referiu que gostaria de ver os Deputados a defenderem outras coisas, tais como: o porquê do Governo, em vez de “roubar” as Autarquias do País através do IMI pudesse criar condições para a dedução do IRS. Também deu o exemplo sobre o aluguer das rendas serem deduzidos e mais uma vez não se deduzir uma percentagem do IMI que se paga.-----

-----Salientou que não tinham de ser sempre as Autarquias a ser massacradas só por estarem mais próximo das populações, já que eram estas que davam apoio aos munícipes. O Estado Português este ano dera, para investimento, à Autarquia de Sesimbra apenas 170.000,00€, que não chega nem para comprar

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

metade dum carro do lixo, que, tal como dizia o Deputado Manuel José Pereira, a Câmara não executara devidamente o serviço.-----

-----Disse depois que ainda ninguém defendera em fazer-se uma proposta para o Estado Português aumentar as transferências para a Câmara de Sesimbra e que dos 5.000.000,00€ que a Autarquia recebia, metade era dos 5% do IRS das pessoas, o que significava que o Estado arrecada 50.000.000,00€ à conta dos Municípios do Concelho de Sesimbra. -----

-----Relembrou que era na Assembleia Municipal, a nível Local, que estes assuntos tinham de ser discutidos para depois serem transmitidos à Assembleia da República para aí serem debatidos. -----

-----Relativamente à limpeza, o Vereador referiu que o que fora dito na sessão, não passava duma falsa questão, já que a Câmara e as Juntas de Freguesia faziam um enorme esforço, tendo chegado a sítios que ainda não se tinha ido nas limpezas como o corte de ervas e na notificação dos proprietários para limpar os terrenos. Disse ainda que este esforço não deixara que faltasse nada em Sesimbra, quando a marginal era lavada 2 a 3 vezes por semana, a limpeza da praia era feita todos os dias com recolha do lixo e ainda a desinfecção das areias. Dava uma grande importância aos serviços operacionais que nos últimos 6 anos haviam perdido cerca de 40 a 50 pessoas, nomeadamente na área da Limpeza e Recolha e do Esgoto, e executaram tão bem as funções, podendo ser comparado a Concelhos com maior poder económico que Sesimbra, provavelmente até Concelhos da Área Política do PS e outros Partidos. -----

-----Prosseguindo a intervenção, o Vereador disse que o “Cabaz do Peixe” estava a ter muito sucesso, tendo sido bastante acarinhado por Sesimbra, apesar de ter sido muito difícil, quer para os Gestores do Município, quer para os Técnicos do Projeto, no sentido de o fazer aprovar face à Legislação que existia. Até por só existir, na altura, um local no País onde se podia fazer a venda direta do produtor/pescador ao consumidor. Fora também mérito da Autarquia arranjar financiamento para a Associação “Centro e Sul” para levar a bom porto a realização deste Projeto. -----

-----Em relação ao estacionamento das autocaravanas, o Vereador referiu que sempre acontecera em Sesimbra, não sendo um assunto fácil de resolver, pelo que as autoridades não podiam mandar sair as viaturas só porque estavam estacionadas. Estas teriam que estar parqueadas: com as rodas em cima, toldos colocados e mesas no exterior se bem que para isto também fosse necessário a sinalização de proibição de autocaravanas no local. -----

-----Sobre a rotura das 2 condutas em Argéis, explicou que não tinha havido problemas de maior, graças ao grande esforço da Autarquia por parte dos Técnicos e Operacionais, não permitindo a falta de água em Sesimbra, tendo como consequência uma redução da pressão de água que foi imediatamente

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

estabelecida com a colaboração dos Bombeiros Voluntários, a quem a Câmara prestava o seu agradecimento, evitando o caos numa noite de sexta-feira com restaurantes e bares cheios, tendo os serviços reparado as ruturas e os bombeiros transportado água para o depósito, ficando a situação normalizada às 2.30 da manhã.-----

-----Para finalizar, esclareceu a questão colocada pelo Deputado José Guerra acerca do município da Quinta do Conde, informando que o assunto fora resolvido, estando já regularizada. -----

-----**A Vice-Presidente** acrescentou que a Receção à Comunidade Educativa inicialmente prevista para o dia 3 de outubro, fora alterada para o dia 9 de outubro.-----

-----**A Presidente da Assembleia Municipal** referindo-se às questões do Deputado Manuel José Pereira no que respeita ao expediente de municípios dirigido à Assembleia municipal, nomeadamente o campo de ténis, as dunas e os pinos/estacionamento que foram remetidas à Câmara Municipal de Sesimbra, aguardando resposta sobre as matérias. -----

-----Tomou o uso da palavra o Deputado Lobo da Silva que questionou a CMS sobre a Mata de Sesimbra, se o Projeto estava parado e se existia ou não investidores.-----

-----Referiu que aquando da sua primeira intervenção, não falara sobre o Cabo Espichel mas o Grupo Municipal do PSD continuava a acompanhar o processo e esperava que houvesse uma resolução a favor da Câmara Municipal.-----

-----Dirigindo-se depois ao Vereador José Polido, disse que este tinha toda a razão acerca da questão do IMI e que tinha de ser um assunto tratado com algum cuidado. -----

----- Dirigindo-se em seguida ao Vereador Sérgio Marcelino, sugeriu que se fizesse uma reunião com o Presidente das Estradas de Portugal e com a Comissão 2. -----

-----Tomando o uso da palavra o **Deputado José Guerra**, perguntou à Sra. Vereadora Cláudia Mata se seria possível fazer um levantamento do número de utentes sem médico de família nas freguesias do Concelho.-----

-----A Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que fosse formalmente colocada a questão à Câmara Municipal, dirigida à Vereadora. -----

-----Relativamente à questão colocada pelo Deputado Lobo da Silva em relação à Mata de Sesimbra, a Presidente considerava que esta matéria deveria ser discutida noutra contexto com o Presidente da Câmara de Sesimbra.-----

-----Terminadas as intervenções, foi dado por encerrado o ponto 1., dando-se início ao ponto

2.REGULAMENTO MUNICIPAL DO USO DO FOGO-----

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Presidente da Assembleia Municipal referiu que o processo baixara à Comissão 3, da qual era Coordenador o Deputado Rui João Rodrigues, que a promovera a realização de uma reunião onde tinham estado presentes o Vereador Francisco Luís e a Técnica da Proteção Civil, Mónica Franco. Em seguida deu a palavra ao Coordenador para fazer a nota da reunião. -----

-----O Coordenador começou por dizer que a reunião se realizara no dia 8 de Setembro, onde haviam sido levantadas questões e feitas sugestões já expressas em ata, a que todos os membros da Assembleia tinham acesso. Referiu ainda que as recomendações e as propostas de melhoramento deste regulamento foram prontamente aceites e que fora unânime por parte da comissão propor que este Regulamento fosse aprovado por unanimidade. -----

-----A Presidente da AMS acrescentou que teve conhecimento através da ata que existiam algumas sugestões debatidas, nomeadamente a de uma melhor definição sobre o que se podia chamar de Período Crítico, responsabilidades, como e quem definir, tendo havido por parte do Vereador abertura para que essa alteração pudesse ser incluída no respectivo Regulamento. -----

-----Passada a palavra ao **Vereador Francisco Luís**, este referiu que na reunião, os Deputados Municipais presentes haviam sugerido alteração ao Regulamento, que não iria alterar o sentido, sendo prontamente aceite, passando depois a propor que a sugestão de redação concreta fosse apresentada e votada, fazendo parte integrante do Regulamento. -----

-----Cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro**, este esclareceu a Assembleia sobre as preocupações inerentes à necessidade da alteração do artigo 3º do Regulamento devendo ser transcrita, uma passagem da Lei, que esclarecia toda a envolvimento do denominado Período Crítico. -----

-----Aproveitou a oportunidade para salientar algumas questões levantadas na Reunião de Comissão e que considerava importantes, pelo menos se for perspectivado futuramente uma Revisão no Regulamento, no sentido de o melhorar. -----

-----Salientou a ausência de normas referentes à limpeza de terrenos e, em caso de incumprimento, a aplicação de sanções aos proprietários. Referenciou um conhecimento do esforço por parte da Câmara Municipal na realização destas notificações, apostando na prevenção de incêndios, sendo assim útil a este Regulamento, esta matéria vir regulada neste Normativo. -----

-----Estabeleceu ainda a necessidade de estabelecer uma maior articulação entre a Autarquia e as outras Entidades com responsabilidades e competências nestas matérias que deveriam ser explícitas ao nível do Regulamento, para que os munícipes possuíssem as informações essenciais. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Apontou outra crítica, dizendo que a técnica jurídica utilizada era um pouco deficiente, podendo ser melhorada ao nível da sistematização do agrupamento das normas, os munícipes teriam uma melhor compreensão do Regulamento, o que seria extremamente positivo. -----

-----A Presidente da AMS disse que uma vez que havia essa intenção e como o Vereador manifestou-se disponível para a inclusão da alínea, seria importante ter-se conhecimento da redacção exata para que a Assembleia pudesse votar a sua inclusão do artigo 3º do Regulamento. -----

-----O **Deputado Miguel Ribeiro** respondeu que o que ficou acordado fora a transposição de um parágrafo da própria Legislação, tendo a Sra. Presidente da Assembleia acrescentado que se iria buscar a Legislação para se identificar este parágrafo e seguidamente poder ser aprovado. -----

----- Cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** este referiu que a questão levantada na Comissão 3 acerca do alvará de licença a ser concedido pela Câmara, poder ser dado até ao último dia útil que antecederse a realização da queimada e, na opinião do seu Grupo Municipal deveria ser concedido até 48 horas de antecedência em relação à actividade para a qual se pedia a licença. -----

-----Em seguida, foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** que referiu que não está transcrita na ata a alteração sugerida que seria a inclusão da alínea f) no artigo 3 com a definição do período crítico, consistindo na transcrição do que vinha na Lei, sendo necessário consultar a redacção do mesmo. -----

-----A Presidente da Assembleia referiu que não existiam dúvidas em relação à inclusão desta alínea no Regulamento. -----

-----O Vereador **Francisco Luís** fez uma nova intervenção referindo-se à técnica jurídica colocada pelo deputado Miguel Ribeiro e disse que depois de pronto, este Regulamento fora enviado ao Gabinete Jurídico da Câmara Municipal, e após a sua avaliação, tinha as condições para ser levado à Assembleia Municipal. -----

----- Em relação à antecedência para a realização de uma “queimada”, a sua realização não podia ser autorizada 4 ou 5 dias antes por não se saber das condições climáticas aquando da sua realização, pelo que se aconselhava os munícipes a avisar os Bombeiros que a uma determinada hora ia ser avistado fumo num certo local. Esta não era uma questão de má vontade ou inoperacionalidade dos serviços. -----

-----Para terminar, o Vereador esclareceu que o período crítico não fora acrescentado ao regulamento porque não era definido pela Câmara Municipal mas sim pelo Ministério da Agricultura. Ao ser transposto para o Regulamento e ao ser alterado, ficaria desadequado a um regulamento que se pretendia estável durante alguns anos. -----

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Perante a legislação, o DL 124/2006 de 28 de junho, a **Presidente da Assembleia Municipal** leu a alteração proposta pela AMS para inclusão no artigo 3º do Regulamento como alínea f): -----

-----“**Período crítico**” – o período durante o qual vigoram medidas e ações especiais de prevenção contra incêndios florestais, por força de condições meteorológicas excecionais, sendo definido por portaria do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.”-----

-----Submetido a votação o Regulamento Municipal do Uso do Fogo com a inclusão da alínea f) no artigo 3º, o mesmo **foi aprovado por unanimidade**. -----

-----O Deputado Miguel Ribeiro apresentou em nome do Grupo Municipal do MSU a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“O voto favorável a este Regulamento tem a ver com a opinião já transmitida: a falta de informação relativamente certas matérias que seriam importantes para esclarecer os municípios, nomeadamente a articulação feita entre a Autarquia e outras entidades com responsabilidades e competências nesta matéria. A outra questão é a questão dos prazos que se entende que o licenciamento das actividades de uso de fogo devia ser feito com prazos mais razoáveis para os interessados e que não coloque em causa a própria realização das actividades, havendo uma maior antecedência na tomada da sua decisão final de forma a salvaguardar a realização de certas Entidades”-----

-----Aberta a discussão do ponto **3.PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DIRIGENTE – DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – DR. ANÍBAL SARDINHA – DESIGNAÇÃO DE JÚRI**, a Presidente da AMS lembrou que em relação a estas matérias, a Lei conferia à Assembleia Municipal a obrigatoriedade de aprovar a designação dos elementos do júri dos procedimentos concursais. -----

-----Não havendo qualquer pedido de intervenção, a Presidente colocou à votação a proposta da CMS, que a seguir se transcreve, tendo sido **aprovada por unanimidade**: -----

-----“... a designação dos elementos do júri do procedimento concursal para provimento do cargo de **Diretor de Departamento de Administração e Finanças abaixo indicados**, por se reconhecer que tais elementos possuem as características exigidas no n.ºs 2 e 3 do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, nomeadamente mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; são detentores de vasta experiência na área de recursos humanos e de administração autárquica, porquanto desempenham há vários anos funções dirigentes no Município de Almada e de consultoria no Município de Sesimbra, e integraram, por diversas vezes, júris de procedimentos concursais para recrutamento de pessoal e de dirigentes. -----

Ata nº23 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**Presidente do Júri – Dr. Pedro Luís Filipe, Diretor Municipal de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Almada;**-----

-----**1º Vogal Efetivo – Dra. Maria Manuela dos Reis Molha, Diretora de Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Almada;**-----

-----**2ª Vogal Efetivo – Dr. António José Escaleira, Consultor Jurídico.”**-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia municipal deu início ao ponto **4. TRAMITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS – RENOVAÇÃO DO PRAZO.**-----

-----Informou que uma vez que a Câmara não desenvolvera estes procedimentos dentro do período aprovado, solicitava a renovação do prazo para dinamização dos procedimentos concursais constantes na proposta da CMS.-----

-----Não havendo observações, colocou à votação a proposta da CMS, no sentido de autorizar a renovação do prazo da Tramitação de Procedimentos Concurrais, constantes na mesma, tendo sido **aprovada por unanimidade.**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta, da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----

-----Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram zero horas e vinte minutos do dia 12 de setembro de 2015.-----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.-----